



**DESARQUIVADO**

Art. 2.º — Resol. nº 6/89

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. SALIM CURIATI)

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º \_\_\_\_\_

Altera o art. 30 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Ins-  
titui o Código de Menores".

DESPACHO: COM.CONST.E JUSTIÇA - EDUCAÇÃO E CULTURA

A Com. DE JUSTIÇA em 09 de MARÇO de 1989

### DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

PROJETO N.º 75 DE 1987



# SINOPSE

Projeto n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

Ementa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

Discussão única \_\_\_\_\_

Discussão inicial \_\_\_\_\_

Discussão final \_\_\_\_\_

Redação final \_\_\_\_\_

Remessa ao Senado \_\_\_\_\_

Emendas do Senado aprovadas em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

Sancionado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

Promulgado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

Vetado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

Publicado no "Diário Oficial" de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_



ESTE, no  
substituto, pela  
ap.



**DESARQUIVADO**  
Art. 2.º — Resol. n.º 6/89

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. SALIM CURIATI)

*Antônio*

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º \_\_\_\_\_

Altera o art. 30 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Ins-  
titui o Código de Menores".

NOVO DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO

À COM. DE CONST. E JUST. E REDAÇÃO em 30 de maio de 19 89

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Juarez Magalhães Batista Jr., em 2/6 19 89 *Hy*  
O Presidente da Comissão de Justiça e Redação  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

PROJETO N.º **75** DE 19 **87**



# SINOPSE

Projeto n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Ementa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

Discussão única \_\_\_\_\_

Discussão inicial \_\_\_\_\_

Discussão final \_\_\_\_\_

Redação final \_\_\_\_\_

Remessa ao Senado \_\_\_\_\_

Emendas do Senado aprovadas em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Sancionado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Promulgado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Vetado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Publicado no "Diário Oficial" de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

LOTE: 66  
CAIXA: 194  
PL Nº 75 de 1987  
1 - A

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI Nº 75, DE 1987  
(DO SR. SALIM CURIATI)



Altera o artigo 30 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Institui o Código de Menores".

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE EDUCAÇÃO E CULTURA).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

*- Os Comissões de Constituição e Justiça; de  
Educação e Cultura*

*Em 18.04.87*

*[Assinatura]*

PROJETO DE LEI Nº *75*, DE 1.987

Altera o art. 30 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1.979, que "Institui o Código de Menores".

Redistribua-se as Comissões: (Res.5/89)

1. Constituição e Justiça e Redação

2. -----

3. -----

Em 19/ 05 / 89.

*[Assinatura]*  
Presidente

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 30 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1.979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. Caberá adoção plena de menor, de até dezesseis anos de idade, que se encontre na situação irregular, definida no inciso I, art. 2º desta lei, de natureza não eventual

Parágrafo único. A adoção plena caberá em favor de menor de vinte um anos e não emancipado que, desde idade não superior a dezesseis anos, tenha estado, de fato ou de direito, aos cuidados do adotante."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

*[Assinatura]*

DEPUTADO SALIM CURIATI



### JUSTIFICAÇÃO

Torna-se cada vez mais alarmante a situação do menor em nosso País. Dispensável se faz o recurso às estatísticas para comprovar esse estado alarmante, pois nas ruas, diariamente, somos assaltados pela realidade do abandono e da delinquência que tomam conta dos menores.

O Código de Menores, instituído pela Lei nº 6.697/69, ao invés de constituir uma solução para tal problema, é, na realidade, uma declaração de intenções que, não cumpridas ou mal concretizadas, vêm apresentando resultados opostos aos desejados.

Além disso, naqueles poucos princípios daquele estatuto que funcionam relativamente bem, ocorrem falhas e lacunas que devem ser corrigidas ou supridas no mais breve tempo.

É o caso, por exemplo, de só se admitir a adoção plena - desenvolvimento do instituto da legitimação adotiva - a menores em situação irregular que contem, no máximo, sete anos de idade. A única exceção é para aqueles que, mesmo de idade maior, estejam sob a guarda do adotante desde os sete anos (v. art. 30).

Essa limitação está completamente divorciada de nossa realidade. A legião de menores abandonados compreende uma faixa etária muito ampla sendo que os maiores problemas se manifestam, exatamente, entre dez e dezesseis anos. É o momento crucial da transformação de infante carecedor de assistência num delinquente irreversível. Por que não se estender a adoção plena até, pelo menos, a idade considerada, para fins civis, de incapacidade absoluta?

Dir-se-á que a intenção do legislador foi de proteger a infância abandonada e que até os sete anos há possibilidade de moldar o adotante o caráter do adotando, sendo improvável que o faça em relação aos que tiverem idade superior. Esse raciocínio seria plausível se estes, embora em grande número, tivessem real assistência do Estado, o que não acontece. De mais





a mais, o lei não precisará obrigar, como nunca obriga, ninguém a adotar. Se existem pessoas dispostas a assumir o nobre encargo da adoção, cabe a elas, na sua ampla apreciação subjetiva, decidirem sobre acolher um menor em tal ou qual idade. Sob este aspecto, aliás, não têm sido poucas as críticas que me vêm sendo encaminhadas por ilustres cidadãos que pretendem adotar menores acima de sete anos ou que os tendo adotado, de fato, estão impedidos de regularizar a sua situação.

O divórcio da lei com a realidade, a que nos referimos, está patente não apenas nessa análise do cotidiano, mas, também, na orientação inspiradora do legislador com relação ao aspecto sob exame, na época do processo legislativo criador.

Segundo noticia o ilustre tratadista Antônio Chaves, na obra "Adoção, Adoção Simples e Adoção Plena" (Ed. RT, 1.980), a limitação de sete anos para a adoção plena inspira-se na legislação francesa que a prevê em cinco, prevalecendo aquela por sugestão do relator do projeto que deu origem à Lei nº 4.655/65, Deputado Oscar Corrêa, sob o argumento de que naquele país havia, na ocasião, projeto visando alterar de cinco para sete a idade limite. Essa experiência passou, sem modificações, para Lei nº 6.697/79, como se, efetivamente, tivéssemos aqui uma situação semelhante à França.

Não se ponderou, em nenhuma ocasião ao que nos consta, praticarem países como a Itália e o Uruguai - este considerado por Antônio Chaves o instituidor do "...mais completo e satisfatório sistema até hoje praticado de legitimação adotiva" (pág. 527 da obra citada) - sistema diferente e bem mais próximo à nossa realidade quando admitem a legitimação adotiva até dezoito anos incompletos.

A esse quadro não tem sido insensível o legislador brasileiro. Tanto que no projeto de Código Civil aprovado nesta Casa e, atualmente, aguardando revisão no Senado Federal, a adoção plena é permitida para beneficiar menor com idade inferior a dezesseis anos (art. 1.641).

Não fora a urgência de que se reveste a matéria, poder-se-ia aguardar a provável aprovação do futuro Código para resolver o assunto. Sabemos, no entanto, da premência dessa



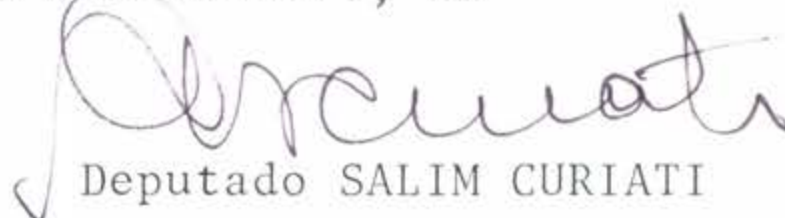


CÂMARA DOS DEPUTADOS

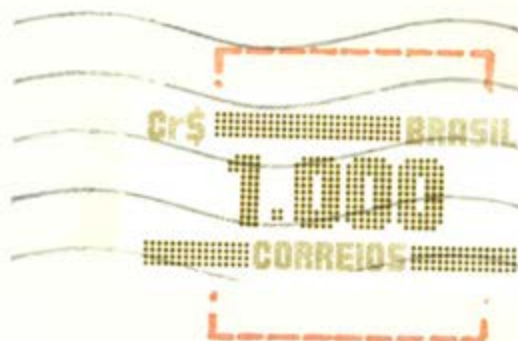


questão e de sua inadiabilidade para o bem do País, razão pela qual apresentamos o presente projeto de lei cuja aprovação, tenho convicção, será defendida pelos Nobres Pares.

Sala das Sessões, em

  
Deputado SALIM CURIATI





AO

EXMO. SR. DEPUTADO FEDERAL

SALIM CURIATI

PRAÇA DOS TRES PODERES - CÂM. DEPUTADOS

BRASILIA - DF

7 0 0 0 0

RPC



Lote: 66

Caixa: 194

PL Nº 75/1987

7

Remetente DAIVA ALBROZIO DEZOTTI

Endereço R. Francisco Leitão, 678 - apto. 104

São Paulo SP

CEP

0	5	4	1	4
---	---	---	---	---





Brasília, 19 de Fevereiro de 1967.

11

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
DEPUTADO FEDERAL

Senhor Deputado,

Como é de conhecimento de V. Exa.,  
a Lei de Adopção de Menor é permitida em uma criança/  
menor adotado pelo Estado ou por uma pessoa física ou jurídica  
(Art. 30 da Lei 6607/70).

Atende-se ao pedido de V. Exa. de que  
seja dada uma adoção de menor. Devido ao fato de que  
esta adoção não pode ser dada por uma pessoa física ou jurídica,  
mas apenas pelo Estado.

Considerando que a adoção de menor é permitida  
em uma criança menor de idade, e que a adoção de menor  
é permitida em uma criança menor de idade.

Como visto, a adoção de menor é permitida em uma  
criança menor de idade, e a adoção de menor é permitida  
em uma criança menor de idade.

Atende-se ao pedido de V. Exa. de que  
seja dada uma adoção de menor.

Como visto, a adoção de menor é permitida em uma  
criança menor de idade, e a adoção de menor é permitida  
em uma criança menor de idade.

Atenciosamente,  
Raula Ambrósio Rezende

Deputado Federal

Brasília, 19 de Fevereiro de 1967.

Assinatura de V. Exa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES



## MENORES — CÓDIGO DE MENORES

LEI N.º 6.697 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1979

INSTITUI O CÓDIGO DE MENORES

CÓDIGO DE MENORES

### LIVRO I — PARTE GERAL

#### TÍTULO V — DAS MEDIDAS DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO

##### CAPÍTULO I — DAS MEDIDAS APLICÁVEIS AO MENOR

##### Seção I — Da Colocação em Lar Substituto

##### Subseção VI — Da Adoção Plena

Art. 30 — Caberá adoção plena de menor, de até sete anos de idade, que se encontre na situação irregular definida no inciso I, art. 2.º desta Lei, de natureza não eventual.


Parágrafo único — A adoção plena caberá em favor de menor com mais de sete anos se, à época em que completou essa idade, já estivesse sob a guarda dos adotantes.





ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Defiro, à exceção dos Projetos de  
Lei nºs 753/88 e 854/88, prejudicados.  
Venham os projetos à redistribuição.  
Em 26.04.89.

  
Presidente

R E Q U E R I M E N T O

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Deputado PAES DE ANDRADE

Senhor Presidente:

Venho à presença de V. Exa. a fim de requerer o de-  
sarquivamento dos seguintes projetos de lei de minha autoria:  
PL nºs. 74, 75, 285 de 1987, nºs 422, 438, 439, 423, 487, 488,  
532, 601, 602, 614, 622, 654, 655, 620, 621, 653, 662, 679,  
724, <sup>NÃO-MORTO. PROJ.</sup> (753), 754, 752, 902, 901, 979, 852, 851, <sup>MORTO. PROJ.</sup> (854), 820 e <sup>REPETIDO</sup> (752) de  
1988 e Projeto de Lei Complementar nº 20 e 16 de 1988 enviados  
a arquivamento em função da promulgação da Constituição em 05  
de outubro p.p.

Brasília, 20 de abril de 1989.

Cordialmente agradeço,

  
ANTONIO SALIM CURIATI

Deputado Federal



RESOLUÇÃO NUMERO 06, de 04 de Abril de 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

Art. 1o. - Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e

b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único - Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no caput deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2o. - Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias da promulgação desta Resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1o., caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se, porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3o. - As proposições da iniciativa de outros poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4o. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o. - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 4 de abril de 1989

Deputado PAES DE ANDRADE  
Presidente da Câmara dos Deputados

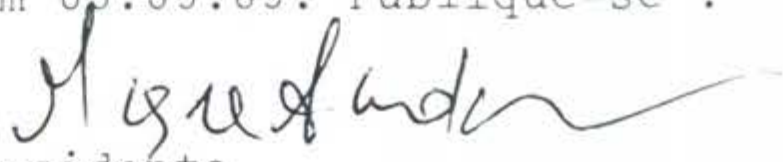




## CÂMARA DOS DEPUTADOS

ASSUNTO : Projeto de Lei nº 1.506/89. Requerimento de anexação de proposições conexas.

O projeto supra, de autoria do nobre Deputado NELSON AGUIAR, visa a editar normas gerais de proteção à infância e à juventude, revogando o Código de Menores e dispositivos pertinentes do Código Civil Brasileiro. A ele foram anexados os Projetos de Lei nº 1.765/89, 2.264/89 e 2742/89. Em atenção ao requerimento do Autor, de 24.08.89, e por tratarem de matéria análoga ou conexa ( art. 124, § 5º, RI), de termino a anexação, igualmente, dos seguintes Projetos de Lei: a) nº 2.584/89, do Senhor Deputado Hélio Rosas, "que institui o Código de Menores", conforme noticiado pelo requerente; b) nºs 1.619/89, 2.079/89, 2.526/89, 2734/89, 2742/89 e 3142/89, propondo alterações esparsas em referido Código; e c) nºs 75/87, 628/83 e 1.362/88 no mesmo sentido, que, embora precedentes em relação ao de nº 1.506/89, não têm a sua mesma abrangência. Em 05.09.89. Publique-se .

  
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na forma do art. 71 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência determinar sejam todos os projetos versando sobre o direito da criança e do adolescente (o menor) anexados ao Projeto de Lei nº 1506/89, de autoria do requerente. Consta da Comissão de Justiça que um projeto de autoria do Deputado Hélio Rosas, sobre a mesma matéria tramita no órgão técnico, despachado a diferente relator.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1989.

  
Deputado NELSON AGUIAR







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### E R R A T A

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente - Art. 2º da Resolução nº 06/89)

Na ementa, onde se lê:

#### PROJETO DE LEI Nº 75, de 1987

(Do Sr. Salim Curiati)

Altera o art. 30 da Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Institui o Código de Menores".

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

Leia-se:

#### PROJETO DE LEI Nº 75, de 1987

(Do Sr. Salim Curiati)

Altera o art. 30 da Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Institui o Código de Menores".

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO)



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### PROJETO DE LEI Nº 75, DE 1989

"Altera o art. 30 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "instituiu o Código de Menores".

AUTOR: Deputado SALIM CURIATI

RELATOR: Deputado JUAREZ MARQUES BATISTA

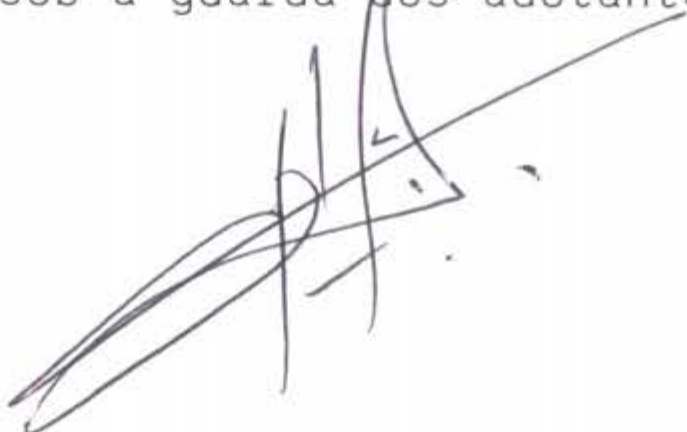
#### I - RELATÓRIO

De iniciativa do nobre Deputado Salim Curiati, trata este projeto de lei da adoção plena de menor, elevando a idade limite para adoção de 7 para 16 anos, em geral. Entretanto, se o menor tiver estado aos cuidados do adotante de fato ou de direito, antes daquele limite de idade, a adoção poderá ser efetivada até os 21 anos, desde que o menor não esteja emancipado.

A proposta legislativa deverá concretizar-se com a elteração do art. 30 do Código de Menores (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), a seguir:

"Caberá adoção plena de menor, de até sete anos de idade, que se encontre na situação irregular definida no inciso I, art. 2º desta Lei, de natureza não eventual.

Parágrafo único. A adoção plena caberá em favor de menor com mais de sete anos se, à época em que completou essa idade, já estivesse sob a guarda dos adotantes".







Distribuída a esta e à Comissão de Educação e Cultura, que se pronunciará a seguir, cabe-nos o exame dos pressupostos processuais e do mérito da proposição, nos termos do art. 28, § 4º do Regimento Interno (Direito Civil).

Arquivada e desarquivada, sem parecer, em decorrência da Resolução nº 06, de 1989, a matéria retorna à tramitação.

## II - VOTO DO RELATOR

A proteção ao menor, na nova Constituição, está consubstanciada no direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Dentre as medidas mais eficientes de proteção e assistência ao menor em situação irregular, ressalta a adoção como a que mais se aproxima da família verdadeira, principalmente a adoção plena, por causa dos sólidos laços que passam a unir o adotado à família adotante.

A Constituição de 1988 ressaltou-lhe a importância como instrumento de proteção ao menor, ao dispor:

"A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação" (Art. 226, §§ 5º e 6º).

A Constituição vigente, portanto, refere-se apenas à necessidade de proceder-se à regulamentação da adoção por



parte de estrangeiros e a reafirmar a igualdade de direitos e qualificações entre filhos havidos ou não na constância do casamento e os adotados, além de vedar-lhes todo tipo de discriminação.

A fixação da idade para a adoção plena foi atribuída à legislação ordinária, que a limita à faixa de sete anos, tendo em vista a vinculação profunda a ser produzida entre adotante e adotado, o qual será conduzido à situação de filho, desligando-se de qualquer vínculo com os pais e parentes consangüíneos.

O problema social do menor, no Brasil, é dos mais graves, tanto em virtude da imensa população envolvida quanto da inexistência de uma política governamental eficiente visando a sua erradicação.

O instituto jurídico da adoção está a carecer de modificações, adaptando-o à época e à realidade social vigente. O primeiro passo nesse sentido poderá ser representado pela elevação da idade do adotado até a maioria absoluta, o que possibilitará a extensão do benefício a inúmeros adolescentes e jovens carentes de uma família de fato e de direito.

Nosso parecer, portanto, é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 75, de 1987 e, no mérito, pela aprovação.

Sala da Comissão, 22 de junho de 1989.

Deputado JUAREZ MARQUES BATISTA





## This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

---

---



[illegible]

---

---

---